



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

RESOLUÇÃO – CIB Nº 074 /2005, de 06 de outubro de 2005.

Dispõe sobre a Avaliação de Risco à Saúde Humana por Exposição a Resíduos Químicos Perigosos na área do antigo Distrito da SUCAM/FUNASA em Porto Nacional;

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas através das disposições da Portaria nº 931/1997, em especial o art. 2º, expedida pela Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, c/c os arts. 5º e 14º, do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO, e,

Considerando a análise, discussão e pactuação do Plenário da Comissão Intergestores Bipartite em Reunião Ordinária realizada em 06 de outubro de 2005;

Considerando a necessidade de se levantar e avaliar a real situação do problema e apontar recomendações de ação às várias instituições envolvidas;

RESOLVE:

Art.1 Aprovar a proposta de aplicação da Metodologia de Avaliação de Risco à saúde humana por exposição a Resíduos Químicos Perigosos na área do antigo Distrito da SUCAM/FUNASA em Porto Nacional, atual unidade administrativa da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.


Gismar Gomes
Presidente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- **OBJETIVO:** Justificar a aplicação da metodologia de Avaliação de Risco à Saúde Humana na área do Distrito da SUCAM/FUNASA em Porto Nacional

- HISTÓRICO DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA NO BRASIL

Na década de 90, a Organização Pan-Americana da Saúde difundiu a metodologia de avaliação de risco à saúde humana, segundo a metodologia utilizada pela ATSDR (Agency for Toxic Substances and Disease Registry) e, a partir do ano 2002, o Ministério da Saúde começou sua aplicação em áreas piloto, a saber:

- Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Exposição Humana a compostos organoclorados;
- Santo Amaro da Purificação, Bahia, Exposição Humana a metais pesados;
- Condomínio Barão de Mauá, Mauá, São Paulo, Exposição Humana a Compostos Orgânicos Voláteis – VOCs;
- Condomínio Mansões Santo Antônio, Campinas, São Paulo, Exposição Humana a solventes.

Com base na experiência adquirida com a aplicação da metodologia da ATSDR nas áreas pilotos, foram realizadas progressivas adaptações conforme a realidade brasileira, considerando a inexistência de um arcabouço jurídico-institucional que imponha uma seqüência natural aos resultados dos estudos de avaliação de risco e também a necessidade de sua inserção no Sistema Único de Saúde - SUS.

O desenvolvimento da referida metodologia segue as etapas a seguir:

- Avaliação das Informações do Local;
- Respostas às Preocupações da Comunidade;
- Seleção dos Contaminantes de Interesse;
- Mecanismos de Transporte;
- Identificação e Avaliação de Rotas de Exposição;
- Determinação das Implicações à Saúde Pública; e
- Determinação de Conclusões e Recomendações.

A metodologia é um instrumento inicial de planejamento da resolução da problemática da exposição humana à contaminação ambiental. Portanto, ela não objetiva solucionar o problema e sim apontar recomendações de ação das várias instituições envolvidas. Contudo, trata-se de um instrumento eficaz de levantamento de todas as informações formando um “retrato” atual do problema.

- IDENTIFICAÇÃO DE POPULAÇÕES EXPOSTAS EM ÁREAS COM SOLOS CONTAMINADOS NO ESTADO DO TOCANTINS, EM 2004

No decorrer do ano de 2004, a Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, por meio da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde - CGVAM realizou conjuntamente com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's) a identificação de populações expostas a solo contaminado por substâncias químicas. Tal atividade não pretendeu ser um censo de populações expostas a áreas contaminadas, mas sim um trabalho inicial que deve ter continuidade por parte dos estados. No estado do Tocantins foram identificadas 20 áreas, entre elas o Distrito da SUCAM/FUNASA em Porto Nacional, antigo depósito de agrotóxicos.

- CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DO ESTADO EM AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA

Com base nas experiências de aplicação da metodologia de avaliação de risco à saúde humana no Brasil e com o objetivo de incentivar o trabalho conjunto entre os técnicos das SES e OEMA's foi elaborado um Curso *on line* de Avaliação de Risco à Saúde Humana.

Durante o primeiro semestre de 2005, foi realizado um piloto do curso, com duração de quatro meses (março a junho), contando com a participação de cinco estados, entre eles, o Tocantins. Cinco técnicos do estado foram capacitados, três técnicos da SES e dois técnicos do NATURATINS.

Em julho de 2005, foi realizada uma etapa presencial do curso onde ficou decidido que o estado do Tocantins tem uma equipe apta a aplicar a metodologia de avaliação de risco à saúde humana no estado. Nessa equipe foram incluídas duas técnicas da CGVAM que também foram capacitadas no mesmo período.

Durante a etapa presencial foi agendada uma visita técnica da CGVAM no estado do Tocantins para pactuar a área onde será aplicada a metodologia de avaliação de risco à saúde humana. Integraram as reuniões técnicas no estado o LACEN, a vigilância ambiental, o NATURATINS, a saúde do trabalhador, a secretaria municipal de saúde de Porto Nacional e a CGVAM.

Dessas reuniões ficou deliberado que a proposta de aplicação da metodologia de avaliação de risco no antigo distrito da SUCAM/FUNASA em Porto Nacional será apreciada e submetida à aprovação no Conselho Municipal de Saúde e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite. Para tanto, foi formulada a presente exposição de motivos.

- HISTÓRICO DA CONTAMINAÇÃO EM PORTO NACIONAL

No município de Porto Nacional-TO, a 60 km de Palmas e localizado na região central do estado do Tocantins existe uma área de propriedade da FUNASA (antiga SUCAM) onde se encontram instalados vários blocos de prédios as margens do anel viário que margeia o perímetro urbano do município, especificamente em um bairro denominado Setor Aeroporto. As construções foram instaladas na década de 70 e contam com instalações administrativas, garagem para veículos e depósito de inseticidas basicamente do tipo Organoclorados (BHC e DDT), segundo informações obtidas na área, os quais eram utilizados no combate aos vetores de endemias; como Malária, Doença de Chagas e Febre Amarela; em todo município e regiões circunvizinhas.

Segundo relatos de funcionários mais antigos da FUNASA, os agentes de saúde, contratados para realização das borrifações, preparavam as soluções sem o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) em locais a céu aberto à sombra das árvores frutíferas (manga, cajú, goiaba, dentre outras), no pátio interno do conjunto de prédios citados, os borrifadores testavam os jatos das bombas contra o muro laterais, divisas com as ruas do entorno. Ainda, segundo relatos obtidos os antigos funcionários comiam as frutas produzidas no pátio e descansavam à sombra das árvores frutíferas, transportavam os alimentos no interior dos veículos nos mesmos compartimentos dos venenos.

A desativação do depósito de inseticidas ocorreu na década de 80, quando da proibição do uso de organoclorados pelo Ministério da Saúde. Os antigos funcionários da FUNASA, ex - SUCAM, entraram com processo junto ao Ministério do Trabalho, alegando problemas de saúde decorrentes de contaminação pelo uso inadequado dos inseticidas sem os devidos EPI's.

Atualmente, o galpão utilizado para depósito dos antigos inseticidas encontra-se fechado e com presença de resíduos dos produtos impregnados no piso e paredes, havendo a exalação de forte odor característico, sendo hoje utilizado para depósito de barcos, motores, e outros equipamentos. E em salas próximas existe também o depósito de inseticidas para vetores de Dengue, Malária, Leishmaniose e Doença de Chagas. Cabe destacar, a presença de duas lanchonetes nas proximidades dos depósitos.

Os trabalhadores informaram que os exames laboratoriais de sangue realizados nos antigos funcionários do local foram detectados níveis de contaminação acima dos limites permitidos pelas normas, até mesmo nos funcionários administrativos que manusearam as planilhas com dados de campo que eram preenchidas pelos borrifadores.

Considerando que o problema não ocorre somente em Porto Nacional, já que em outros depósitos da antiga SUCAM foram identificadas populações sob risco de exposição. E, ainda, que o problema advém da estratégia do próprio Ministério da Saúde no combate a endemias cabe buscar soluções conjuntas para o acompanhamento dessas populações sob risco a partir da avaliação desses riscos à saúde humana.